

Education at a Glance 2011

OCDE Nota para o Brasil

Os governos prestam cada vez mais atenção às comparações internacionais, uma vez que procuram políticas públicas efetivas, capazes de melhorar os indicadores econômicos e sociais, promover eficiência no ensino e ajudar a mobilizar recursos para demandas crescentes.

Em resposta a essa necessidade, a Diretoria de Educação da OCDE se esforça para desenvolver e analisar quantitativamente indicadores internacionais comparáveis, que são publicados anualmente no *Education at a Glance* (Panorama da Educação). Esses indicadores permitem aos formuladores de políticas educacionais e técnicos analisarem seus sistemas educacionais em relação à performance dos outros países e, juntamente com a OCDE, apoiar e rever esforços feitos acerca das políticas educacionais. Essa publicação traz dados dos 34 países da OCDE¹ e de 2 países não-membros², entre eles o Brasil, e outros 6 países do G20 que não participam do INES³.

Para alguns indicadores, é apresentada a média dos países do G20. Ela é calculada como uma média não-ponderada dos valores de todos os países do G20 para o qual existam dados disponíveis ou que possam ser estimados (África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, Federação Russa, França, Holanda, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido e Turquia; a Comissão Europeia não está incluída no cálculo). A média do G20 não é computada se os dados de Índia e China não estiverem disponíveis.

Nesta nota estão os principais destaques do Brasil na publicação. Os dados educacionais são referentes ao ano de 2009 e, os financeiros, a 2008.

Na página final desta nota encontra-se uma tabela de correspondência entre os níveis educacionais do sistema educacional brasileiro e a Classificação Internacional Padronizada da Educação ISCED97 definida por *Unesco/OCDE/Eurostat*.

A publicação *Education at a Glance 2011*, assim como o sumário executivo, os dados e as tabelas on-line podem ser obtidos por meio de *download* gratuito no site www.oecd.org/edu/eag2011.

¹ Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Escócia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Israel, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Eslovaca, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia.

² Brasil e Federação Russa.

³ África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, China, Índia e Indonésia.

NÍVEL ESTUDANTIL DOS ADULTOS (Indicador A1)

Este indicador traça um perfil do nível educacional da população adulta, obtido através de qualificações da educação formal. Dessa maneira, fornece um panorama dos conhecimentos e habilidades disponíveis para as economias nacionais e sociedades. (Tabela A1.2a e Gráfico A1.4)

Tendências Globais

TAXAS DE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA PELOS ADULTOS NOS PAÍSES DA OCDE E PAÍSES PARCEIROS

- Em 28 dos 33 países da OCDE, 60% ou mais da população de 25 a 64 anos concluiu, pelo menos, a educação secundária. No entanto, no México, Portugal e Turquia, menos de 35% da população nessa faixa etária completou esse nível de ensino.
- Comparando-se a população da faixa etária de 25 a 34 anos e de 55 a 64 anos, observa-se um progresso significativo no percentual da população que concluiu a educação secundária, exceto nos EUA, onde houve uma diferença mínima entre os grupos etários.
- Em 15 dos países da OECD nos quais 80% ou mais da população de 25 a 64 anos possui ao menos a educação secundária, pode-se observar uma diferença de 11%, em média, entre a faixa de 25 a 34 anos que completou ao menos esse nível e a população de 55 a 64 nas mesmas condições.

Resultados para o Brasil

TAXAS DE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA PELOS ADULTOS NO BRASIL

- No Brasil, 41% da população de 25 a 64 anos concluiu ao menos a educação secundária.
- A proporção da população brasileira de 25 a 34 anos que completou a educação secundária (53%) é 28 pontos percentuais maior que a da população de 55 a 64 anos (25%).

TAXAS DE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO TERCIÁRIA PELOS ADULTOS NOS PAÍSES DA OCDE E PAÍSES PARCEIROS

- Países com as melhores taxas de conclusão da educação terciária podem, com o passar do tempo, aumentar sua vantagem de potencial crescimento.
- Alguns países, como o Chile e a Polônia, possuem um nível geral de conclusão da educação terciária acima da média da OCDE, porém na faixa de 25 a 34 anos suas taxas de conclusão se aproximam da média.

TAXAS DE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO TERCIÁRIA PELOS ADULTOS NO BRASIL

- A taxa de conclusão do Brasil na educação terciária está abaixo da média OCDE, onde 12% de sua população de 25 a 34 anos concluiu a educação terciária.

PARA QUAIS CAMPOS DA EDUCAÇÃO OS ESTUDANTES SÃO ATRAÍDOS? (indicador A4)

Esse indicador analisa as modalidades e os campos de educação escolhidos pelos estudantes do 2º ciclo da educação secundária e da educação terciária (Tabelas A4.1b)

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO VOCACIONAL (EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA) E NA ÁREA DE CIÊNCIAS (EDUCAÇÃO TERCIÁRIA).

- Nem todos os países oferecem programas vocacionais no 2º ciclo da educação secundária. Dentre os que oferecem, a taxa de concluintes de pré-vocacional e vocacional ultrapassa 70% na Áustria, Bélgica, Eslovênia, Finlândia, Holanda e Suíça.
- Não há uma tendência de gênero clara para taxas de conclusão no 2º ciclo da educação secundária pré-vocacional e vocacional nos países da OCDE. Contudo, há a predominância dos programas vocacionais sobre os pré-vocacionais, onde 47% dos garotos e 44% das garotas concluintes pertencem ao programa.
- Quando se fala em educação terciária, em média, apenas 21% dos estudantes do terciário tipo A e pesquisa avançada recebem qualificação nos campos relacionados à ciência (ciência e engenharia) nos países da OCDE.

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO VOCACIONAL (EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA) E NA ÁREA DE CIÊNCIAS (EDUCAÇÃO TERCIÁRIA).

- No Brasil, a taxa de conclusão do 2º ciclo da educação secundária está abaixo de 30%, assim como no Canadá, Coréia do Sul, Estônia, Hungria, Indonésia, Japão, México e Turquia.
- As mulheres uma maior taxa de conclusão (11%) em programas vocacionais que os homens (7%).
- A proporção de estudantes graduados nas áreas correlatas a ciências no terciário tipo A e pesquisa avançada (ciências e engenharia) é de 10,4% no Brasil.

FATORES SECUNDÁRIOS E A PERFORMANCE DO ESTUDANTE (Indicador A5)

Este indicador mostra o impacto dos fatores socioeconômicos dos países no desempenho dos estudantes em avaliações como o PISA. (Tabela A5.2)

IMPACTO DE FATORES SOCIOECONÔMICOS NO DESEMPENHO DOS ALUNOS DO PISA

- Dentro do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), entre outras análises, ocorre a avaliação da influência dos fatores socioeconômicos dos países no desempenho apresentado por seus estudantes nas provas. Esse contexto socioeconômico é medido pelo chamado *Índice de Situação Econômica, Social e Cultural*, calculado com base nas informações fornecidas pelos estudantes desde a educação e ocupação dos pais, patrimônio até a existência de mesa para estudo e número de livros em casa.

IMPACTO DE FATORES SOCIOECONÔMICOS NO DESEMPENHO DOS ALUNOS DO PISA

- O Brasil está entre os 13 países com a menor performance em leitura, se comparado à média da OCDE. Com relação ao índice, não é observada significativa força estatística entre o contexto socioeconômico e o desempenho em leitura no PISA.
- No Brasil, os estudantes imigrantes de primeira geração foram enquadrados no perfil de grande risco de baixa performance. Mesmo assim, devido ao número relativamente pequeno de estudantes

- Os países que apresentam melhor desempenho em leitura no PISA (e acima da média da OCDE) são Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Hungria, Israel, Reino Unido, República Tcheca e Suécia. Entre eles é observada a forte relação entre o índice do PISA e a performance dos estudantes.

- Uma outra análise foi feita em relação aos estudantes imigrantes. Em média, eles marcaram 44 pontos abaixo dos seus colegas não imigrantes no quesito leitura. Enquanto essa lacuna diminuiu 27 pontos após o contexto socioeconômico ser considerado, a diferença ainda é de cerca de meio nível a mais de proficiência em leitura.

imigrantes participantes da avaliação, a diferença de performance entre estudantes imigrantes e não-imigrantes, independente da consideração do contexto socioeconômico, é pequena, de apenas 5 pontos.

OS ESTUDANTES QUE GOSTAM DE LER SÃO OS MELHORES LEITORES? (Indicador A6)

Este indicador examina se aqueles estudantes que mais apreciam a leitura são os mesmo estudantes com os melhores desempenhos de leitura no PISA. (Gráfico A6.2)

RELAÇÃO ENTRE ALUNOS QUE APRECIAM A LEITURA E DESEMPENHO EM LEITURA NO PISA.

- Na maioria dos países da OCDE estudantes que lêem ficção são particularmente tendentes a serem bons leitores. Em média, esses estudantes registraram 53 pontos a mais do que aqueles estudantes que lêem menos freqüentemente.

RELAÇÃO ENTRE ALUNOS QUE APRECIAM A LEITURA E DESEMPENHO EM LEITURA NO PISA.

- No Brasil não há relação positiva desse tipo.

COMO NÍVEL EDUCACIONAL INFLUENCIA NA PARTICIPAÇÃO DO ESTUDANTE NO MERCADO DE TRABALHO? (Indicador A7)

Este indicador examina como o nível de escolarização dos estudantes pode influenciar sua entrada na força de trabalho. Aquele que estuda menos possui menor chance de conseguir um emprego do que aquele estudante com maior nível de instrução? (Tabela A7.4a)

RELAÇÃO ENTRE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E TAXA DE DESEMPREGO.

- Em média, entre países da OCDE, a taxa de desemprego entre os que concluíram a educação secundária continua perto de 5 pontos percentuais a menos do que aqueles que não completaram esse nível.

RELAÇÃO ENTRE CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E TAXA DE DESEMPREGO.

- No Brasil, a não-conclusão da educação secundária não está associada ao alto risco de desemprego. Isso também acontece no Chile, Grécia, Coreia do Sul e México,

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO (Indicador A8)

Este indicador analisa os ganhos relativos de trabalhadores com diferentes níveis educacionais concluídos. Diferenças de renda entre os grupos educacionais fornecem um bom indicativo de oferta e demanda de educação. Combinadas com os dados de ganhos ao longo do tempo, essas diferenças fornecem um forte sinal do alinhamento dos sistemas educacionais com o mercado de trabalho. (Tabelas A8.1, A8.3a; Gráfico A8.4)

RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

- Os benefícios econômicos aumentam a cada nível de educação. Aqueles estudantes que concluem o 2º ciclo da educação secundária, pós-secundária não-terciária ou terciária percebem substanciais vantagens econômicas quando comparados a indivíduos que não completaram o mesmo nível. O benefício econômico para quem possui a educação terciária excede os 50% em 17 dos 32 países.
- Mais educação em pouco reduz as disparidades de ganhos nos gêneros. Ao longo da OCDE, a diferença de ganhos de tempo integral entre homens e mulheres de 25 a 64 anos é menor entre aqueles com educação secundária e pós-secundária não-terciária e maior entre aqueles com educação terciária. Apenas em 6 países os ganhos das mulheres é 75% dos ganhos dos homens. Entre esses países, as disparidades de ganho entre homens e mulheres com educação terciária é menor apenas na Alemanha, Nova Zelândia, Espanha e Reino Unido.
- Em média, indivíduos com educação terciária tendem a ganhar quase duas vezes mais que um trabalhador com 2º ciclo da educação secundária e são substancialmente menos prováveis de estar na categoria de menor rendimento do que aqueles que não possuem a educação secundária completa.
- A não-conclusão do 2º ciclo da educação secundária está associada com grandes desvantagens de ganho em todos os países. Ao longo da OCDE, em média, apenas 3% daqueles que não possuem esse nível completo ganham duas vezes mais que um trabalhador mediano.

RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

- No Brasil, os homens que possuem graduação ou programa avançado de pesquisa ganham no mínimo 100% a mais do que aqueles que possuem somente o 2º ciclo da educação secundária. No caso das mulheres, a diferença de ganho é de 80%.
- No que diz respeito ao 2º ciclo da educação secundária, no Brasil, as mulheres que não completaram esse nível ganham cerca de 47% a menos do que as que o concluíram. Comparando-se os homens nas mesmas condições, essa diferença é de 53%.
- No Brasil, as mulheres que possuem educação terciária ganham 61% ou menos do que os homens com o mesmo nível de instrução.
- Assim como na Hungria e em Portugal, no Brasil, 40% ou mais daqueles com graduação ou maior nível de especialização ganham duas vezes mais que um trabalhador com 2º ciclo da educação secundária.
- No Brasil, a proporção de desvantagem de ganho com a não-conclusão do 2º ciclo da educação secundária é acima dos 5%.

INDICADORES FINANCEIROS – Investimentos em Educação Por Estudante

(Indicador B1)

Este indicador fornece uma avaliação de investimento financeiro por cada estudante. Os Investimentos nas instituições educacionais por estudante são largamente influenciados por salários de professores, sistemas de pensões, capacitação de aprendizagem, materiais e instalações de ensino e o número de estudantes matriculados no sistema educacional. As políticas para atrair novos professores ou para reduzir o tamanho médio da classe também contribuíram para mudanças nos investimentos por estudante. (Tabelas B1.1a, B1.2, B1.4, B1.5, B1.7 e Gráficos B1.2, B1.3, B1.5, B1.6)

Tendências Globais

- Em média, o investimento por estudante da educação primária até a terciária foi de USD 10.000.
- O investimento médio por estudante na educação primária dos países da OCDE é de USD 7.065.
- Na educação primária o investimento médio dos países da OCDE dentro da duração teórica é de USD 43.629.
- Na educação secundária, a média da OCDE para gasto por aluno é de USD 8.852.
- Dentro da duração teórica, o gasto médio na educação secundária é de USD 62.004.
- De 2000 a 2008, o investimento por estudante da educação terciária caiu em 7 dos 30 países com dados disponíveis, não acompanhando o aumento das matrículas.
- Na educação terciária o investimento médio na OCDE é de USD 18.258 por estudante, excluindo atividades de P&D.
- O investimento nos serviços principais nos países da OCDE representou, em média, 82% do total do investimento por estudante da educação primária à terciária.
- As instituições educacionais nos países da OCDE investem, em média, 1,9 vezes mais no estudante da educação terciária que no da educação primária.

Resultados para o Brasil

- No Brasil, o investimento médio por estudante da educação primária até a terciária foi de USD 2.416.
- O investimento médio por estudante na educação primária no Brasil é de USD 2.155.
- Na educação primária, o investimento médio dentro da duração teórica é de USD 8.619.
- Na educação secundária, a média do Brasil para gasto por aluno é de USD 2.058.
- O gasto médio na educação secundária dentro da duração teórica é de USD 14.199.
- Esse fenômeno pôde ser observado no Brasil, quando observados os investimentos públicos por estudante na educação terciária.
- Na educação terciária brasileira o investimento médio é de USD 11.610 por estudante, excluindo atividades de P&D.
- O investimento nos serviços principais representou, em média, 99% do total do investimento por estudante da educação primária à terciária, no Brasil.
- No Brasil, o investimento no estudante da educação terciária é, em média, 3 vezes maior que no da educação primária.

<ul style="list-style-type: none"> Os investimentos nas Instituições de Ensino por estudante é, em média, de 21% do PIB <i>per capita</i> na educação primária, 24% no primeiro nível da educação secundária e 41% na educação terciária. Entre 2000 e 2008, em 23 dos 30 dos países membros e parceiros da OCDE o investimento por estudante na educação primária, secundária e pós-secundária não-terciária aumentou no mínimo em 10%. 	<ul style="list-style-type: none"> Os investimentos por estudante em relação ao PIB per capita equivalem a 20% na educação primária, 21 % no primeiro nível da educação secundária e 106% na educação terciária. O Brasil está entre os países que obtiveram um aumento acima de 40% no investimento por estudante na educação primária, secundária e pós-secundária não-terciária ao longo do período de 2000 a 2008.
--	--

INDICADORES FINANCEIROS - Investimentos com Instituições de Ensino em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (Indicador B2)

Os investimentos nas instituições de ensino como percentual em relação ao PIB mostram como um país prioriza a educação em relação à dotação global de recursos. As taxas escolares e os investimentos em educação de fontes de entidades privadas que não sejam das famílias têm um forte impacto nos diferentes montantes de recursos financeiros que os países da OCDE investem em seus sistemas de educação, especialmente na educação superior. (Tabelas B2.1, B2.2 e Gráficos B2.1, B2.2)

<i>Tendências Globais</i>	<i>Resultados para o Brasil</i>
<ul style="list-style-type: none"> Cerca de 61% dos investimentos, ou 3,7% do PIB dos países da área da OCDE, são alocados para a educação primária, secundária e pós-secundária não-terciária. O percentual médio dos investimentos em educação nos países da OCDE é de 6,2 % em relação ao PIB. A educação terciária corresponde por aproximadamente um terço da média dos investimentos dos países da OCDE (1,9% do PIB). Em relação à educação primária e secundária, o investimento médio dos países da OCDE foi de 3,8%. 	<ul style="list-style-type: none"> No Brasil, o investimento na educação primária e secundária corresponde a 4,1% do PIB. Em 2008, o Brasil despendeu 5,3% do PIB em todos os níveis de ensino combinados (apenas investimentos públicos). Se comparado a 1995 (quando o investimento foi de 3,5%), o ganho em investimento total combinado ultrapassou 1,5 ponto percentual. O investimento brasileiro na educação terciária equivale a 0,8% do PIB do país. Conforme visto acima, o Brasil figura entre os países onde o investimento em educação terciária em relação ao PIB <i>per capita</i> foi abaixo da média da OCDE em 2008. No entanto, se relacionado à educação primária e secundária (4,1%), seu investimento está acima da média.

INDICADORES FINANCEIROS – Total de Investimentos Públicos com Educação (Indicador B4)

Os investimentos públicos com educação como porcentagem do volume total de investimentos públicos indicam o valor da educação em relação ao valor de outros investimentos públicos, tais como saúde, previdência social, defesa e segurança. Fornecem um contexto importante para os demais indicadores relativos a investimentos, é a quantificação de uma ferramenta importante de alavancagem de políticas, independente de outros fatores. (Gráficos B4.1, B4.2)

Tendências Globais

- Entre 1995 e 2008, o total do investimento público como percentual do PIB tendeu a um crescimento sem muita expressão. No entanto, na educação, houve um crescimento considerável se relacionado ao total do investimento público na maioria dos países e, em média, mais rápido que o crescimento do PIB.
- Nos países da OCDE, em 2008, a média da proporção dos investimentos em educação em relação aos investimentos públicos sociais é de 12,9% em todos os níveis de ensino combinados. Na educação terciária, esse índice é de 3% e na educação primária e secundária é de 8,7% dos investimentos sociais.
- Globalmente, apenas 17% da variação na performance no PISA 2009 em leitura resulta da diferença no investimento cumulativo por estudante na faixa de 6 a 15 anos.

Resultados para o Brasil

- O Brasil está entre os 6 países (juntamente com Alemanha, Dinamarca, Holanda, Suécia e Suíça) que obtiveram um crescimento significativo no que diz respeito a investimentos públicos totais em favor da educação.
- Em 2008, os investimentos em educação no Brasil corresponderam a 17,4% dos investimentos públicos sociais em todos os níveis de ensino combinados. Foi um grande salto, comparado ao índice de 11,2% referente ao ano de 1995, um crescimento maior que o da Dinamarca e Alemanha, por exemplo. A educação terciária correspondeu a 2,8% dos investimentos sociais e a educação primária e secundária, 13,3%.
- O Brasil está entre os quatro países com o menor desempenho em leitura que também possuem os menores níveis de investimento cumulativo por estudante na faixa de 6 a 15 anos.

QUEM PARTICIPA NA EDUCAÇÃO (Indicador C1)

Este indicador examina o acesso à educação e sua evolução usando informações de taxas de matrículas no período de 1995 a 2009. Mostra também padrões de participação da educação secundária e terciária e compara a participação de instituições educacionais públicas e privadas entre os países da OCDE e parceiros. (Tabelas C1.1a, C1.2, C1.3, C1.5 e Gráficos C1.1, C1.2)

- Na última década, na maioria dos países da OCDE, os alunos tiveram acesso a, pelo menos, 13 anos de educação formal. Na Bélgica, França, Alemanha, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Holanda, Noruega, Espanha, Suécia e Estônia, pelo menos 90% dos estudantes estão matriculados por um período de 14 anos ou mais.
- Na Argentina, Chile, Coreia do Sul, México e Estados Unidos, 90% dos alunos estão matriculados por um período de 11 anos ou menos.
- Em 13 países da OCDE, a maioria dos estudantes busca programas pré-vocacionais ou vocacionais. Na maioria dos países da OCDE, com sistema dual de aprendizagem, pelo menos 50% dos estudantes do 2º ciclo da educação secundária estão matriculados em programas pré-vocacionais ou vocacionais.
- Na maioria dos países da OCDE e dos países do G20, as taxas de participação tendem a ser altas no final da educação compulsória.
- Na maioria dos países da OCDE e dos países do G20, o maior declínio nas taxas de matrícula não ocorre ao final da educação compulsória, mas sim ao final do 2º ciclo da educação secundária (entre 15 e 19 anos), diminuindo gradualmente durante os últimos anos desse nível.
- Nos países da OCDE e do G20, a educação primária e secundária é predominantemente provida pelo setor público. Em média, 90% dos alunos desses níveis educacionais estão matriculados em escolas públicas.
- Na educação terciária, as instituições privadas têm um papel mais relevante. Em média, 38% dos alunos da educação terciária tipo B e 29% dos alunos da educação terciária tipo A estão matriculados em instituições privadas.
- No Brasil, assim como na Turquia, o período de tempo em que 90% dos alunos estão matriculados é de menos de 9 anos.
- No Brasil, assim como no Canadá, Chile, Estônia, Grécia, Hungria, Islândia, Índia, Indonésia, Irlanda, Israel, Japão, Coreia, México, Nova Zelândia, Portugal e Reino Unido, pelo menos 60% dos estudantes do 2º ciclo da educação secundária estão matriculados em programas gerais, mesmo sendo oferecidos programas pré-vocacionais e vocacionais.
- No Brasil, assim como na Bélgica, Canadá, Chile, Alemanha, Hungria, Israel, México, Holanda, Turquia e Estados Unidos, as taxas de participação caem a menos de 90% ao final da educação compulsória, o que pode estar relacionado ao fato da compulsoriedade terminar relativamente tarde, aos 17 anos e 18 anos nesses países.
- No Brasil, assim como na Argentina, Austrália, Áustria, Chile, Indonésia, Israel, México, Turquia e Reino Unido, mais de 20% das pessoas entre 15 e 19 anos não estão matriculadas no sistema educacional.
- No Brasil, quase 90% dos estudantes da educação primária e secundária também se encontram matriculados em instituições públicas de ensino.
- No Brasil, as instituições privadas de nível terciário possuem 85% dos estudantes matriculados nos programas terciários tipo B e 72% dos matriculados nos programas tipo A.

QUEM ESTUDA NO EXTERIOR E ONDE (Indicador C3)

Este indicador fornece uma visão da mobilidade estudantil e internacionalização da educação terciária nos países da OCDE e países parceiros. Ele mostra a tendência global e os principais destinos dos estudantes internacionais, assim como a forma como o mercado internacional de educação terciária está dividido. (Tabelas C3.1, C3.3, C3.6)

- A língua usada para instrução é elemento essencial na escolha de um país estrangeiro para a realização de estudos da educação terciária. Por essa razão, países em que a língua de instrução é muito estudada (como por exemplo, inglês, francês e alemão) lideram em número de estudantes estrangeiros, tanto em termos absolutos como em relativos.
- Desse modo, um número crescente de instituições terciárias em países que não têm o inglês como língua nativa está oferecendo cursos em inglês, com o intuito de atrair um maior número de estudantes estrangeiros. Isto pode ser claramente percebido nos países nórdicos.
- Os países que têm todos ou quase todos os programas oferecidos em inglês são Austrália, Canadá, Irlanda, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos.
- Os países que possuem muitos programas oferecidos em inglês são: Dinamarca, Finlândia, Holanda, Suécia.
- No Brasil, nenhum ou quase nenhum programa de educação terciária é oferecido em inglês. Esse padrão se repete na Áustria, Bélgica (Comunidade Francesa), Chile, Grécia, Israel, Itália, Luxemburgo, México, Federação Russa e Espanha.

MOBILIDADE DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR (2009)

- Matrículas de estrangeiros constituem um grande grupo de estudantes do ensino superior na França (11,5%), uma indicação de níveis significativos de mobilidade da entrada de estudantes.
- No Chile, Polônia e Turquia, os estudantes estrangeiros representam menos de 1% das matrículas.

MOBILIDADE DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR (2009)

- O percentual de matrículas de estrangeiros na educação terciária no Brasil é de 0,3%.

TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO (Indicador C4)

Esse indicador informa como os países apresentam a transição do estudante do ambiente educacional ao mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito aos estudantes na faixa dos 15 aos 29 anos. (Tabelas C4.1a, C4.2a, C4.3)

O QUE UM JOVEM DE 15 ANOS ESTARÁ FAZENDO NOS PRÓXIMOS 15 ANOS

- Nos países da OCDE, um indivíduo de 15 anos deverá passar, em média, os próximos 15 anos de sua vida da seguinte forma: 6,9 anos estudando, 5,8 anos trabalhando, 0,9 ano desempregado e 1,3 ano sem estar estudando ou trabalhando.
- Na Dinamarca, Finlândia, Islândia, Luxemburgo, Holanda e Eslovênia, esse mesmo indivíduo de 15 anos deverá passar 8 anos ou mais em educação.
- Em 2009, jovens do sexo masculino na faixa de 15 a 29 anos tendem a trabalhar 6,3 anos, 1,1 ano a mais do que as jovens da mesma faixa etária. Em 2008, essa diferença era de 1,3 ano. Isso mostra que as mulheres estão mais propensas a ficarem fora da força de trabalho quando não estão estudando.

O QUE UM JOVEM DE 15 ANOS ESTARÁ FAZENDO NOS PRÓXIMOS 15 ANOS

- No Brasil, um indivíduo de 15 anos deverá passar os próximos 15 anos da seguinte forma: 5,3 anos estudando, 6,3 anos trabalhando, 1 ano desempregado e 1,9 ano sem estar trabalhando ou estudando.
- Assim como em Israel, México e Turquia, no Brasil há uma tendência muito forte das mulheres jovens passarem mais tempo fora do sistema educacional e também do mercado de trabalho.
- No Brasil, jovens do sexo masculino na faixa de 15 a 29 anos tendem a trabalhar 8,1 anos, já as jovens na mesma faixa etária 5,4 anos, uma diferença de 2,7 anos.
-

CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E TAXAS DE DESEMPREGO

- Em média, nos países da OCDE, a conclusão da educação secundária reduz a taxa de desemprego entre os jovens de 20 a 24 anos para 7,4% (9,5% para os homens e 5% para as mulheres).
- Como nesses países, a maioria dos jovens conclui a educação secundária, aqueles que não o fizeram terão maior dificuldade de encontrar um emprego. Na Bélgica, Canadá, República Tcheca, Estônia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, República Eslovaca, Espanha, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos, pelo menos 15% dos jovens de 20 a 24 anos que não estão estudando e não concluíram a educação secundária estão desempregados.

CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA E TAXAS DE DESEMPREGO

- No Brasil, a proporção de desempregados entre os jovens de 20 a 24 anos que não estão estudando e não concluíram a educação secundária é de 8,9%.

RELAÇÃO ALUNO/PROFESSOR E DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES POR TURMA (Indicador D2)

Este indicador examina o tamanho das turmas e a quantidade de alunos por professor. (Tabelas D2.1 e Gráfico D2.2, D2.3, D2.4)

- Na educação primária, Chile e China possuem mais de 29 alunos por turma, já a Áustria, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, México, Polônia, República Eslovaca, Suíça, Estônia, Federação Russa e Eslovênia possuem menos de 20 alunos por turma.
- Nos países da OCDE, o número de alunos tende a aumentar entre a educação primária e o primeiro ciclo da educação secundária. A média é de 24 alunos por turma.
- O indicador tamanho da turma está limitado a educação primária e ao primeiro ciclo da educação secundária, uma vez que o tamanho das turmas é difícil de definir e comparar em níveis educacionais mais elevados, pois, em muitos países, os alunos frequentam diferentes turmas, dependendo da matéria que estão cursando.
- Entre 2000 e 2009, o número médio de alunos na educação primária não variou significativamente (21,4, em 2009, e 22,0, em 2000). Contudo, o tamanho das turmas diminuiu bastante nos países que tinham as maiores turmas em 2000 (por exemplo, Coreia e Turquia), e aumentou (ou ficou constante) nos países que tinham as menores turmas em 2000 (Dinamarca, Islândia, Itália e Luxemburgo).

- Na educação primária, a proporção de alunos por professor vai de 24 estudantes ou mais por professor no México e Turquia a menos de 11 estudantes na Hungria, Itália, Noruega e Polônia. A média da OCDE na educação primária é de 16 alunos por professor.
- Na educação secundária, a proporção de alunos por professor varia de 30 alunos no México a menos de 11 alunos na Áustria, Bélgica, Islândia, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Federação Russa e Espanha. A média dos países da OCDE é de 14 alunos por professor.
- Na educação pré-primária, é importante medir não só o número de alunos por professor, mas também o número de alunos por auxiliares de educação.

- O tamanho das turmas no País é de aproximadamente 25 alunos por turma na educação primária e 29,5 no primeiro ciclo da educação secundária.
- No Brasil, assim como na China, Coreia, Grécia, Indonésia, Israel, Japão, México e na Polônia, o aumento no número de alunos por turma no primeiro ciclo da educação secundária, comparando-se com a educação primária, é maior que 4 alunos por turma.
- No Brasil, o número médio de alunos por turma está diminuindo. Entre 2000 e 2008, houve uma redução no tamanho das turmas. Na educação primária houve uma redução de aproximadamente 1 aluno por turma e, no 1º ciclo da educação secundária, de aproximadamente 4 alunos por turma.

- No Brasil, a razão entre alunos e professores na educação primária é de aproximadamente 24 estudantes por docente, o que coloca o país entre os que têm a maior proporção nesse nível educacional.
- A proporção de alunos por professor na educação secundária é de 20 alunos.
- Na educação pré-primária, o Brasil tem um grande número de auxiliares de educação, sendo assim, o número de alunos por auxiliar (13,6) é menor do que o número de alunos por professor (18,2).

<ul style="list-style-type: none"> • Na maioria dos países da OCDE a proporção de alunos por auxiliares de educação é menor do que de alunos por professores. A média desses países é 12,6 alunos por auxiliar e 14,3 alunos por professor • Contudo, em alguns países, como República Tcheca, Japão, República Eslovaca, Suécia e Reino Unido, essa diferença não é substancial. 	
<ul style="list-style-type: none"> • Nos países da OCDE, o número de alunos da educação secundária (primeiro e segundo ciclo) por professor é menor nas instituições privadas que nas públicas. • Há alguns países da OCDE em que a taxa de alunos por professor é menor nas instituições públicas que nas privadas. Isso pode ser percebido, por exemplo, no 1º ciclo da educação secundária na Espanha, onde os professores das instituições privadas têm, em média, 16 alunos, enquanto os professores das instituições públicas, 9 alunos. • O tamanho médio das turmas varia pouco nas instituições públicas e privadas nos países da OCDE, tanto na educação primária, como no 1º ciclo da educação secundária (1 estudante a mais por turma em ambos os níveis educacionais). 	<ul style="list-style-type: none"> • As maiores diferenças estão no Brasil e México, onde no 1º ciclo da educação secundária, há, pelo menos, 10 alunos a mais por professor nas instituições públicas em comparação com as privadas. Essa diferença, no México, para o 2º ciclo da educação secundária, é ainda maior. • Em relação ao número de alunos por turma, o Brasil está entre os países em que as turmas de educação primária das instituições públicas têm, em média, 4 alunos ou mais que nas instituições privadas. Isso acontece também na República Tcheca, Indonésia, Polônia, Federação Russa, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

FORMAS DE ACCOUNTABILITY NAS ESCOLAS (Indicador D5)

Este indicador examina como se dá o processo de *accountability*⁴ no seu sistema educacional. (Tabela D5.3)

<ul style="list-style-type: none"> • A maioria dos países da OCDE permite que diversos tipos de instituições ofereçam educação compulsória. Além de escolas públicas, existem outras 3 formas de formas privadas de ensino: escolas privadas independentes, escolas privadas dependentes do governo e ensino domiciliar (<i>homeschooling</i>). • Padrões de matrícula atual sugerem que, na prática, as matrículas em instituições privadas dependentes do governo excedem os 10% em apenas 7 países (Bélgica, Chile, Dinamarca, Espanha, França, Holanda e Nova Zelândia). • Apenas metade dos países da OCDE reportou alunos na educação domiciliar e as matrículas nessa modalidade educacional representam 0,4% do total de matrículas. 	<ul style="list-style-type: none"> • No Brasil, há dois tipos de instituição que oferecem a educação compulsória: escolas públicas e escolas privadas independentes. Assim como ocorre no México e em Portugal, as matrículas em escolas privadas independentes excedem 10% do total de matrículas. • A educação domiciliar (<i>homeschooling</i>) não é permitida no País.
---	---

⁴ O manual da pesquisa (OECD, 2010) define *accountability* como “a interação, em uma relação hierárquica, entre aqueles que têm o poder e aqueles aos quais é delegada autoridade. Aqueles aos quais é delegada autoridade devem prestar contas pelo o que estão fazendo com sua autoridade ou responsabilidade”.

Classificação Internacional Padronizada da Educação – ISCED97

- A Classificação Internacional Padronizada da Educação de 1997 (ISCED97), define sete níveis educacionais.

Correspondência entre os níveis educacionais do ISCED97 e o Sistema Educacional Brasileiro

Níveis do ISCED 97	Sistema Educacional Brasileiro (atual)
ISCED 0 (<i>Pré-primary level of education</i>) Educação Pré-primária - a partir de 3 anos de idade	Creche e Pré-escola (a partir de 3 anos de idade)
ISCED 1 (<i>Primary level of education</i>) Educação Primária	Ensino fundamental de 1ª a 4ª série, 1º a 5º ano ou equivalente
ISCED 2 (<i>Lower secondary level of education</i>) 1º nível da educação secundária	Ensino fundamental de 5ª a 8ª série, 6º a 9º ano ou equivalente
ISCED 3 (<i>Upper secondary level of education</i>) 2º nível da educação secundária	Ensino médio
ISCED 4 (<i>Post-secondary non-tertiary</i>) Pós-secundário não-terciário	(<i>Não se aplica ao Brasil</i>)
ISCED 5 (<i>First stage of tertiary education</i>) Primeiro estágio da educação terciária	Educação terciária tipo B (Educação Superior em Tecnologia)
	Educação terciária tipo A (demais cursos de graduação – excluindo-se os cursos seqüenciais e os de especialização <i>lato sensu</i> – mestrado e mestrado profissional)
ISCED 6 (<i>Second stage of tertiary education leading to an advanced research qualification</i>) – <i>doctoral and pos-doctoral degrees</i> (Segundo estágio da educação terciária, levando a qualificação avançada para pesquisa) – doutorado e pós-doutorado.	Pós-graduação (<i>stricto sensu</i>): doutorado.